

BERNARDO JOSÉ DA GAMA, O PRIMEIRO DESEMBARGADOR PERNAMBUCANO, PERSONAGEM ÉPICO DE MUITAS PRESENÇAS HISTÓRICAS

*Jones Figueirêdo Alves**

Resumo:

Relata de forma sucinta a trajetória de Bernardo José da Gama, personagem épico e insurreto da história de Pernambuco e do Brasil. Aponta a importância desse pernambucano ilustre que figura na primeira composição do Tribunal de Relação, instalado em 13 de agosto de 1822, como o primeiro desembargador pernambucano a integrar o colegiado, na condição de 3º Agravista, traçando breve relato de sua participação na magistratura pernambucana e brasileira. Retrata o contexto da prisão de Bernardo José da Gama, poucos meses antes de eclodir a Confederação do Equador, em 2 de julho de 1824, incluindo-o nos anais dos ideais revolucionários que marcaram Pernambuco como berço da República. Conclui, ressaltando a necessidade de se resgatar a memória desse personagem de nossa história, desse magistrado combativo, senhor aguerrido de suas ideias e do seu ideário, que mereceria uma bibliografia mais densa e vertical.

Palavras-chave: Bernardo José da Gama. Visconde de Goiana. Tribunal de Relação. Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Do seu retorno à província de Pernambuco, em julho de 1822, onde nasceu quarenta anos antes (Recife, 20.08.1792) para integrar o Tribunal de Relação, instalado em 13.08.1822, à Confederação do Equador de 1824, três bicentenários intercalam-se e aproximam-se para celebrar Bernardo José da Gama, como personagem épico e insurreto.

* O autor é Desembargador Emérito do Tribunal de Justiça de Pernambuco e presidiu a Comissão de Gestão e Preservação da Memória Judiciária do TJPE. Mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa – FDUL. Integra a Academia Brasileira de Direito Civil - ABDC e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), do Instituto dos Advogados de Pernambuco (IASP), do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil (IBERC) e da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro). Foi assessor, na Câmara dos Deputados, da Relatoria-Geral do projeto de lei que deu origem ao atual Código Civil Brasileiro. Autor e coautor de livros e artigos jurídicos. Advogado e parecerista.

Ao tempo que o Tribunal de Justiça de Pernambuco¹ completa duzentos e um anos de existência, avizinando-se dos bicentenários da Confederação do Equador (2024) e da Faculdade de Direito do Recife (11.08.2027), Bernardo José da Gama (1782-1854) tem muitas presenças históricas na vida institucional e política do país, desde quando do seu regresso, após formado em Direito (Coimbra, 1805), no mesmo período da fuga da família real ao Brasil.

Ele tem suas referências que o colocam em intimidade vivencial com a história de Pernambuco e das suas duas instituições mais históricas, as do Tribunal de Relação e da Faculdade de Direito do Recife, compondo a primeira (1822/1824) e dirigindo a segunda (1849). É na província de Pernambuco que contrai núpcias, em Recife, com a sua sobrinha Isabel Ursulina de Albuquerque Gama (30.06.1831) e nela também falece em 03.08.1892, aos setenta e dois anos de idade.

=====

Bernardo José de Gama participa da primeira composição do Tribunal de Relação como o primeiro desembargador pernambucano a integrar o colegiado, como 3º Agravista.

Foram cinco os primeiros desembargadores que iniciaram o Tribunal, com o Chanceler interino Antônio José Osório de Pina Leitão, de Pinhel (Portugal), a instalar a Casa de Relação, dando juramento, sobre o Livro dos Santos Evangelhos, e posse aos demais desembargadores Eusébio de Queiroz Coutinho da Silva (1781-1842), de São Paulo de Luanda, Angola (2º Agravista); Bernardo José da Gama (1782-1854), o Visconde de Goiana, natural do Recife (3º Agravista); João Pereira Sarmiento Pimentel, de S. Nicolau de Carrazedo (Portugal) (4º Agravista) e João Evangelista de Faria Lobato (1774-1846), mineiro de Vila Rica (5º Agravista).

O quadro regimental inicial era o de nove desembargadores. Duas semanas depois, toma posse o Desembargador Francisco Afonso Ferreira, pernambucano vindo da Relação da Bahia. No ano seguinte, assumem o Tribunal o Chanceler efetivo Lucas Antônio Monteiro de Barros (1767-1851), também mineiro de Vila Rica (07); Adriano José Leal e Tomás Antônio Maciel Monteiro (1780-1847), o Barão de Itamaracá; todos os três compondo depois o Supremo Tribunal de Justiça, onde

¹ A Constituição Estadual de Pernambuco, de 25/7/1947, consagrou novo nome para Tribunal de Justiça do Estado. (DUQUE, 1972, p.88-89).

também encerra a carreira o décimo desembargador nomeado (04.04.1824) André Alves Pereira Ribeiro e Cirne (1774-1850). (DUQUE, 1972, p. 57). Em suma, o quadro somente completou-se em 21.10.1823, perdurando por dez anos, até quando da elevação, em 1833, para quinze integrantes; reduzido, quarenta anos depois, para treze membros.

Merecidamente, os dois brasileiros iniciais da composição pioneira são eleitos, no ano seguinte à instalação do Tribunal de Relação, como deputados à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823, com representantes de suas respectivas províncias, dentre os cem deputados provinciais. O português Sarmiento Pimentel teve pouco tempo de exercício como desembargador, eis que logo proclamada a independência, semanas depois, e não desejando ser-lhe fiel, abandonou o cargo e retornou à Portugal.

Em extensão de sua grandeza, Bernardo José da Gama também se faz presente na história do país, em seus momentos mais decisivos de transformação social-política, desde sua independência (1822) aos destinos do Império do Brasil, não apenas como Deputado por Pernambuco à Constituinte de 1823, mas, por igual, nas condições de presidente das Províncias do Rio de Janeiro (1831) e do Grão-Pará (1831-32), Desembargador do Tribunal de Relação da Bahia (1824-1827) e Ministro do Império.

O primeiro cargo de sua carreira de magistrado foi o de Juiz de Fora da Capitania do Maranhão (1809-1812). Em seus autobiográficos *Apontamentos destacados da vida política do Visconde de Goiana, até 1837*², refere-se que "ocupou interinamente todos os mais empregos judiciais" da futura Província. Relacionou-os em memorial, entregue a D. Pedro II (1846) compreendendo os cargos de

[...] Juiz de Fora do Crime, dos órfãos, Juiz da Alfândega e dos Contrabandos, Auditor da Gente de Guerra, Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Juiz das Sesmarias, Procurador da Coroa. Serviu de Ouvidor e Corregedor do Crime e Cível, Provedor da Comarca, Juiz da Coroa, membro das Juntas da Fazenda e das Justiças, Juiz da Índia e Mina, Conservador dos Ingleses.³

² Eles se encontram no Arquivo da Família Imperial Brasileira, guarnecidos no Museu Imperial, de Petrópolis.

³ Apontamentos...

Retornando ao Rio de Janeiro, segue-se que, entre 1815 e 1818, foi Bernardo Ouidor da Comarca do Sabará, na Capitania das Minas Gerais.

Dentre as suas obras, as *Memórias sobre as principaes cauzas, por que deve o Brazil reassumir os seus direitos, e reunir as suas províncias*⁴ apresentam-se como a mais importante, porquanto escrita em 10.01.1822, e oferecida ao príncipe real por Bernardo José da Gama, pouco antes da Independência do Brasil. Um clássico de teoria política.

Diz-nos o historiador Hélio Vianna (1968, p. 39):

Oferecidas ao Príncipe Real, mandou êste que fôssem impressas na Tipografia Nacional e distribuídas. Datado, in fine, de 10 de janeiro de 1822, o dia seguinte ao Fico de D. Pedro, no "1º ano da Regeneração do Brasil", contém o folheto de 48 páginas quatro partes em que foram lucidamente examinadas as seguintes e importantes questões preliminares de nossa separação de Portugal:

1as. - A privação do Poder Legislativo e da posse do Rei, como país indecoroso para a Realeza;

2as. - A privação do Poder Executivo e dos Tribunais Supremos do Brasil, degradedado da categoria de Reino.

3as. - A desunião das Províncias, e a privação dos vasos de guerra, da artilharia e até da pessoa do Príncipe-Regente.

4as. - O descrédito, o aviltamento e o desprezo na pessoa dos representantes do Brasil.

Noutro giro, registra-se na antevéspera da Confederação do Equador (02.07.1824), o primeiro movimento separatista e republicano ocorrido no país, a partir de Pernambuco, que Bernardo José da Gama, ao retornar do Rio de Janeiro, é preso, em 24 de março de 1824, ficando recolhido no Forte do Brum, por trinta e oito dias. Insere-se ele, portanto, nos anais dos ideais revolucionários que marcaram Pernambuco como berço republicano.

Aliás, é no antigo Palácio dos Governadores, em Olinda, atual sede da Prefeitura do município, cidade também berço da primeira Faculdade de Direito do Recife (Mosteiro de São Bento, 1827) que se instalou a Assembleia Constituinte e Legislativa da Confederação do Equador, o governo do movimento separatista e republicano⁵. Ali funcionou a própria Faculdade, transferida por Bernardo José da

⁴ Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7328>.

⁵ Sobre a Confederação do Equador, assinala-se a importante obra, do mesmo título, versando sobre o seu

Gama quando seu diretor.

Em 2021, durante os eventos comemorativos do aniversário dos 199 anos do Tribunal de Relação e com referência à data de 13 de agosto de 1822, houve a aposição da estatua do desembargador Bernardo José da Gama, em espaço da Rua Frei Vitorino do Salvador (o primeiro historiador brasileiro), alameda vizinha à sede do atual Tribunal de Justiça Estadual e requalificada para esse fim.⁶

Bernardo José da Gama faleceu em 1854 (três de agosto). Décadas depois, viria ser dissolvida a Corte de Relação que ele vivenciou em sua origem. Anota-se, a tanto, que nos agitados dias de 1892, sob a difícil fase florianista da novel República, em sua sessão, realizada a 8 de janeiro daquele ano, o Tribunal de Relação concedera *habeas-corporis* preventivo em favor do jornalista José Maria de Albuquerque Melo, redator de *A Província*, e do Cel. Francisco Gonçalves Torres, vítimas de perseguição política, e ordem de soltura a outros dois pacientes, tendo os desembargadores Martins Pereira, Caldas Barreto, Teixeira de Sá e Costa Miranda, que conferiram as decisões, sido compulsoriamente aposentados pela Junta Governativa do Estado.

Foi a última sessão de julgamentos do Tribunal de Relação. Finda, no mesmo dia, a Corte de Justiça do Império. Dissolvida a Relação, é constituído, então, o Superior Tribunal de Justiça do Estado, que antecede o nosso atual Tribunal até 1946.

Há mais de cinquenta anos, o historiador Hélio Vianna, em sua obra *Vultos do Império* (1968)⁷ consagrou um capítulo dedicado ao desembargador Bernardo José da Gama. Fala-nos de sua história judiciária, de suas batalhas burocráticas com desafetos, por ele chamadas de *batalhas literárias* e de sua capacidade empreendedora como gestor público nos lugares onde exerceu o *noviciado da*

Bicentenário, de autoria do historiador Carlos Bezerra Cavalcanti, Recife: Editora Flor de Lis, 2023, 207 p.

⁶ Igualmente ocorreram, em mesma data de 16.08.2021, as aposições das estátuas dos desembargadores José Ferraz Ribeiro do Valle, historiador do Judiciário pernambucano, e Joaquim Nunes Machado, magistrado, parlamentar e revolucionário, mártir da Revolução Praieira (1849), morto em combate entre os revoltosos e tropas do governo. Este último designa a Medalha de Mérito Judiciário, a mais alta outorga judiciária concedida a personalidades nacionais e de Pernambuco, em cerimônias do Tribunal Pleno. Um dos 41 alunos da primeira turma da Faculdade de Direito, obtendo o grau de bacharel em 1832, Nunes Machado, logo se tornou o primeiro juiz de Direito de Goiana, cidade onde nasceu; juiz da 1ª Vara Criminal do Recife, em 1835, e desembargador do Tribunal da Relação, empossado no cargo em 30.10.1847. Os três desembargadores homenageados com as estátuas na alameda foram indicados pela Comissão de Gestão e Preservação da Memória do TJPE, sob nossa presidência.

⁷ VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, vol. 339, 1968, p. 31-73. Web: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/386/1/339%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>.

magistratura e ao depois, os cargos de desembargadoria. Um relato biográfico exauriente, crítico e contundente.

Antes, dele tratou o notável historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa, em seu clássico Dicionário.⁸

Agora, em obra recentemente lançada (Rebello, 2023), o historiador Ricardo Moura Rebello, sob interessante entrevista imaginária coloca a figura de Bernardo, seu tetravô, no seu devido e fundamental papel histórico.⁹ Cuida-se de importante obra que resgata o desembargador pernambucano, como personagem épico de muitas histórias, mediante um *diálogo* que reaviventa episódios e conquistas, lutas e ideais.

Como Bernardo José da Gama exaltou em epígrafe de seu Manifesto de 26 de abril de 1824, escrito enquanto preso no Forte do Brum, repetindo Sêneca, “uma época tempestuosa tem cabido por sorte à nossa existência”. (REBELLO, 2023).

De fato, sorte de sua vida pessoal, sorte de nossa História. É tempo, hoje, de resgatar a sua memória e melhor entendê-lo em toda a extensão do épico que o representa. Um magistrado combativo, senhor aguerrido de suas ideias e do seu ideário, cujo legado nos mais de quarenta anos de serviços prestados atende à própria compreensão do seu tempo tempestuoso. Está a merecer uma bibliografia mais densa e vertical que melhor e fielmente o aproxime das novas gerações.

Com os títulos nobiliárquicos de barão de Goiana (decreto de 26 de março de 1821); barão com grandeza (decreto de 24 de dezembro de 1829); visconde de Goiana (decreto de 24 de outubro de 1830); e visconde com grandeza (decreto de 25 de março de 1845), Bernardo José da Gama, com importante presença na vida pública do país, tem seu épico para o nosso Tribunal de Justiça como o tem Rui Barbosa para o Tribunal da Bahia. Este se acha sepultado em mausoléu, de mármore negro, abaixo do anfiteatro, em demanda ao anexo do Tribunal baiano.

Importa refletir que mesmas homenagens devam ser prestadas ao primeiro desembargador pernambucano do Tribunal da Relação, sepultado no cemitério do Santo Amaro, em Recife, impondo-se o seu jazigo, com imponência, nas dependências do Tribunal de Justiça.

⁸ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Dicionário biográfico de pernambucanos célebres, Recife, 1882.

⁹ REBELLO, Ricardo Moura. Entrevista com o Visconde de Goiana, Bernardo José da Gama (1782-1882): uma viagem pela história do Brasil do início do século XIX. Maringá: Viseu, 234 p.

REFERÊNCIAS

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Diccionario biographico de pernambucanos celebres**. Recife: Typographia Nacional, 1882.

DUQUE, Augusto. **150 anos servindo à ordem e à liberdade**: perfil histórico do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Recife: Dialgraf, 1972.

GAMA, Bernardo José da. **Memoria sobre as principaes cauzas, por que deve o Brazil reassumir os seus direitos, e reunir as suas provincias, oferecida ao principe real por Bernardo José da Gama**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7328>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GAMA, Bernardo José da. **Informação sobre a capitania do Maranhão**. Viena d'Áustria, 1872. Disponível em: <https://curiosity.lib.harvard.edu/latin-american-pamphlet-digital-collection/catalog/43-990115758320203941>. Acesso em: 7 ago. 2023.

REBELLO, Ricardo Moura. **Entrevista com o Visconde de Goiana, Bernardo José da Gama (1782-1882)**: uma viagem pela história do Brasil do início do século XIX. Maringá: Viseu, 2023.

VIANNA, Helio. **Vultos do império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (Brasílica, v. 339). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/386/1/339%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FONTES PRIMÁRIAS

GAMA, Bernardo José da. **Apontamentos destacados da vida política do Visconde de Goiana até 1837**. Manuscrito. Arquivo do Museu Imperial/IBRAM. Petrópolis. Maço 01, Documento nº 5.358.

GAMA, Bernardo José da. **Sinopse dos serviços do Visconde de Goiana, não os ordinários, mas só os extraordinários, que não era obrigado a prestar**. Memorial de 16 páginas, datado de 10 de agosto de 1841, doado ao IHGB pelo sr. Manuel de Araújo Porto-Alegre. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/DL 67.1.